



Índice

- 01** MPF pede anulação da licença de instalação da usina São Manoel
- 02** Ato em solidariedade ao CIMI e aos povos e comunidades indígenas e camponesas fecha rua no centro de Rio Branco
- 03** MPF defende manutenção de via de acesso à aldeia dos Enawenê Nawê
- 04** Cacique Babau vota em Dilma contra o "Carlismo" na Bahia, por Felipe Milanez
- 05** Cacique diz que índio está desaparecido desde que teve alta do Trauma da Capital
- 06** Índio desaparecido é achado e pode ter seguido a pé do Trauma-JP a Cabedelo
- 07** Demarcação de terras indígenas deve voltar à tona na Câmara em 2015
- 08** As resistências dos Quilombos no Brasil
- 09** Odonto Sesc é realidade em Quilombo
- 10** Festival Indígena do Pescado
- 11** SNJ, Incra e CNPQ selecionam projetos de extensão tecnológica para jovens residentes em áreas rurais
- 12** SDH e Funai firmam compromisso para proteção dos direitos da criança e do adolescente indígena
- 13** Independente de quem vença, diálogo precisa aumentar
- 14** CNBB manifesta preocupação com direitos indígenas



-
- 15** Central de Controle semelhante a utilizada na Copa do Mundo será instalada em Palmas para os Jogos Indígenas
 - 16** As respostas de Dilma Rousseff e Aécio Neves à Carta da APIB e às cobranças dos Povos Indígenas
 - 17** Inscrição para Vestibular Indígena termina na sexta
 - 18** Movimento indígena denuncia repressão ao povo Tenharin
 - 19** O papel do STF no cenário da crescente ameaça anti-indígena
 - 20** TRF5 garante posse de terra para comunidade indígena da Paraíba
 - 21** Polêmica sobre demarcação de terras deve voltar à tona na Câmara do Deputados em 2015
 - 22** Sesai e Prefeitura de Tapauá (AM) firmam parceria para construção de nova Casai
 - 23** Justiça manda internar menor indígena que furtava em Barra do Garças
 - 24** Satisfeito com resultado eleitoral, agronegócio ameaça conquistas no campo
 - 25** Olhares sobre a Amazônia: Dossiê Acre
 - 26** Município se prepara para receber comunidades indígenas



MPF pede anulação da licença de instalação da usina São Manoel
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2014

O Ibama concedeu a licença sem exigir cumprimento das condicionantes. É a sétima ação do MPF apontando irregularidades no empreendimento do PAC, na divisa do Pará com o Mato Grosso

MPF/PA

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou mais uma ação apontando irregularidades no licenciamento da usina São Manoel, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, no rio Teles Pires, na divisa do Pará com o Mato Grosso. É a sétima ação do MPF contra a usina e pede a anulação da licença de instalação concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) porque o órgão não exigiu o cumprimento das condicionantes – medidas obrigatórias para mitigar e compensar os impactos da obra sobre a população e o meio ambiente.

A obra afeta diretamente as terras dos povos indígenas Kayabi, Munduruku, Apiaká e povos em isolamento voluntário, que recusam a aproximação da sociedade não-indígena. Pela legislação ambiental em vigor no Brasil, o Ibama só poderia conceder a licença de instalação depois que a Empresa de Energia São Manoel, responsável pela obra, comprovasse o cumprimento das condicionantes da licença prévia, fase inicial do licenciamento. Mas apenas quatro meses depois da licença prévia, a Empresa pediu e obteve do Ibama a licença posterior, sem cumprir todas as condicionantes.

De acordo com relatório do próprio Ibama, analisado pelo MPF, foram cumpridas 47,37% das obrigações impostas ao empreendedor, restando não atendidas, em atendimento ou atendidas parcialmente 52,63% das condicionantes. Algumas são condições fundamentais, na visão do MPF, para que a obra tenha os impactos realmente compensados, como a apresentação de um programa de monitoramento da ictiofauna, de alternativas para o sistema de transposição de peixes, o estudo dos corpos hídricos a jusante da usina (que podem perder vazão).

“O cumprimento integral das condicionantes da Licença Prévia é condição para emissão de Licença de Instalação válida. É o que está previsto na legislação ambiental brasileira e assentado jurisprudencialmente. Por essa razão, a Licença de Instalação nº 1017/2014 é nula”, diz a ação do MPF. No mesmo rio Teles Pires, a Justiça Federal suspendeu as obras de outra usina, Sinop, por descumprimento de condicionantes.

A cartilha de licenciamento ambiental do Tribunal de Contas da União determina que para conceder a licença de instalação, o Ibama tem que verificar o atendimento das condicionantes determinadas na licença prévia. “Quando da solicitação da licença de instalação, o

CONT.



empreendedor deve comprovar o cumprimento das condicionantes estabelecidas na licença prévia”, diz o texto do TCU que serve como regra, ao lado de outras normas legais, para o licenciamento.

Para o MPF, a concessão de licença sem o cumprimento das condicionantes da fase anterior viola o princípio geral que rege a legislação ambiental, o da precaução, configurando danos potenciais à vida e ao meio ambiente na região impactada pela usina São Manoel. A ação cita como exemplo as consequências, para a população do Xingu, da falta de rigor do Ibama na concessão das licenças para a usina de Belo Monte. “No caso de Belo Monte, onde as condicionantes da licença prévia não foram cumpridas e mesmo assim o Ibama concedeu licença de instalação, as consequências foram desastrosas e definitivas”.

A ação pede que seja declarada nula a licença de instalação da usina São Manoel e a imposição de obrigação à Empresa de Energia São Manoel SA para que cumpra todas as condicionantes da licença prévia antes de solicitar a licença posterior. O Ibama também deve ser proibido de emitir nova licença de instalação antes do cumprimento de todas as condições.

É a sétima ação judicial apontando irregularidades na usina de São Manoel, uma das 8 que o governo federal está tocando na bacia Tapajós-Teles Pires. No total, contra 6 das 8 usinas do complexo, o MPF já ajuizou 17 ações judiciais.

Veja tabela com todas as ações judiciais sobre irregularidades nas usinas do complexo Tapajós-Teles Pires

Íntegra da ação contra a usina São Manoel por descumprimento das condicionantes

Processo nº 0031442-65.2014.4.01.3900



Ato em solidariedade ao CIMI e aos povos e comunidades indígenas e camponesas fecha rua no centro de Rio Branco

SÍTIO O NORTÃO, 22.10.2014

CIMI, Regional Amazônia Ocidental, também em solidariedade aos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas, foi realizado hoje às 09:00 h. em frente a sede do CIMI e percorreu e fechou o trânsito nas imediações.

Um belíssimo ato em solidariedade ao Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Regional Amazônia Ocidental, também em solidariedade aos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas, foi realizado hoje às 09:00 h. em frente a sede do CIMI e percorreu e fechou o trânsito nas imediações.

O ato foi convocado pelo Conselho de Missão entre Povos indígenas (COMIN), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre (ADUFAC), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental (NUPESDAO-UFAC), Programa de Extensão Centro de Referência em Direitos Humanos e territoriais na tríplice Fronteira Brasil, Peru /Bolívia (UFAC), em resposta às duas invasões ocorridas na sede Regional do CIMI em menos de um mês (Uma dia 22 de setembro e a outra dia 13 de outubro).

O ato contou com a participação de representantes do movimento indígena, do movimento das mulheres indígenas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, agentes da CPT, representantes do COMIN, da ADUFAC, do NUPESDAO-UFAC, da UFAC, de professores e professoras, alunas e alunos que em forma livre puderam se manifestar, muitos fazendo uso da palavra, mas o mais forte foram os gestos de carinho e solidariedade. Muitos abraços fraternos e um real compromisso na defesa dos direitos e da vida dos povos.

Minutos antes do início do ato, Lindomar Padilha concedeu uma entrevista à Denise Viola, programa Planeta Lilás da Rádio MEC do Rio de Janeiro, cujo link para acesso está disponível [AQUI](#)

Além das diversas manifestações de apoio por parte dos presentes, recebemos durante todo o tempo inúmeros e-mails, cartas, falas, vídeos com manifestações e propostas de gestos concretos.

Destaco [AQUI](#) carta de organizações internacionais que pedem a ministros alemães que pressionem o governo do Acre a investigar os ataques ao CIMI.

Na sequência, com os nossos mais sinceros agradecimentos, envio algumas fotos do evento cujos créditos são todos de Kelly Kristinne - CIMI Amazônia Ocidental.

Autor: Editores RECOs

MPF defende manutenção de via de acesso à aldeia dos Enawenê Nawê
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2014

O anel viário que dá acesso à BR-174 foi construído pelos próprios indígenas de maneira precária e precisa de adequações para evitar danos ambientais



Procuradores da unidade do MPF em
Cáceres participaram da reunião

MPF/MT

A manutenção da estrada de acesso ligando a aldeia Enawene-Nawe à BR-174, em Mato Grosso, foi o tema de reunião realizada na última quinta-feira, 16 de outubro, pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) do Ministério Público Federal, em Brasília.

O ramal viário – como é chamada a estrada – foi construído de maneira precária pelos próprios índios, para viabilizar o acesso permanente à rodovia.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da forma que está atualmente, o ramal provoca dano ambiental que precisa ser solucionado. A estrada é localizada em área de unidade de conservação. Laudo apresentado pelo instituto afirma que o ramal viário deve ter uma aplicação de cascalho para evitar mais danos ambientais.

Encaminhamentos - Em relação à colocação do cascalho, ficou estabelecido que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) vai encaminhar, no prazo de cinco dias, à 6ª Câmara e à Procuradoria da República no município de Cáceres (MT), estudo sobre a possibilidade de realizar a obra. O Dnit também se comprometeu a encaminhar, em até 15 dias, técnicos para fazer uma estimativa de custos para o empreendimento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

O ICMBio ficou de elaborar, no prazo de cinco dias, parecer jurídico sobre a possibilidade de retirada de cascalho da própria estação ecológica, a partir de recomendação que será elaborada pelo Ministério Público Federal.

Além da coordenadora da 6ª Câmara, subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, e dos procuradores da República de Cáceres Ana Carolina Haliuc Bragança e Thiago Augusto Bueno, participaram da reunião representantes do Ibama, Funai, Dnit e ICMBio.



Cacique Babau vota em Dilma contra o “Carlismo” na Bahia, por Felipe Milanez
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.10.2014

Perseguido pelo governo, principal liderança pela retomada das terras Tupinambá observa configuração de forças anti-indígenas mais fortes com o candidato do PSDB, Aécio Neves



Forças carlistas teriam articulado ações do governo contra direitos dos Tupinambá, e eventual governo tucano seria ainda mais anti-indígena, segundo cacique Babau. Foto de Mateus Baranowski / Divulgação Abrasco

Felipe Milanez

Poucos sofreram tanto nos últimos anos a truculência do atual Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, como os povos indígenas. Entre eles está Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Tupinambá Babau, que talvez tenha sido um dos principais alvos da política de repressão coordenada pelo Ministro. O governo Dilma, ao aplicar medidas de Garatia da Lei e da Ordem no Sul da Bahia, decretou um “estado de exceção” na região de conflito entre indígenas e fazendeiros.

Principal liderança nesse processo de retomada do território Tupinambá, Babau foi impedido de viajar ao exterior e encontrar o Papa, em medida da Justiça com articulação política. Mesmo assim, me disse Babau, ele vai votar em Dilma. E a razão é que a configuração do governo Aécio, na sua avaliação, será ainda pior para os povos indígenas por envolver mais interesses ruralistas.

Entrevistei Babau no 2.º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, ao qual ele foi para participar de uma mesa de discussão sobre conflitos ambientais. Babau participou de uma

CONT.



mesa redonda sobre "A função social da ciência, ecologia de saberes e outras experiências de produção compartilhada de conhecimentos", com o pesquisador da Fiocruz Marcelo Firpo Porto e Tadeu Melo, da UFAC. Abaixo, trechos da entrevista:

Felipe Milanez – Como analisa a configuração das eleições a partir dos conflitos por terra no sul da Bahia?

Babau – O que eu vejo é o seguinte: o programa de governo do Aécio Neves, do qual está se falando muita coisa de mudança, na verdade atrasa qualquer tipo de demarcações no país. Foi o PSDB e foi o Democratas (DEM) os partidos que mais atacaram as comunidades indígenas, forçando o governo a paralisar as demarcações. No Sul da Bahia, reduto carlista, por exemplo, o Democratas atuou com vários partidos aliados para impedir a demarcação Tupinambá, continuar o processo discriminatório, de exceção, em cima de nós. Fricção de o governo Dilma ter cedido à pressão deles para não travar a pauta de votação no Congresso. Não só no sul da Bahia, mas no País inteiro, muitos indígenas morreram. Colocar a LDO no Sul da Bahia foi uma vergonha. Ou seja: os portugueses, quando chegaram aqui, declararam a extermínio dos Tupinambá. Chegou o governo Dilma, cedendo à pressão do Congresso, e colocou um "estado de exceção" no sul da Bahia em cima dos Tupinambá, colocou o Exército, a Força Nacional, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a guarda de trânsito. Tudo para nos atacar. É uma vergonha.

FM – Como avalia a relação de alianças de Dilma e Aécio com setores do agronegócio?

Babau – Imaginem se com um governo que podemos chamar de "nosso", que a gente lutou e ajudou a colocar lá no poder, está fazendo isso com a gente, como esse outro governo de Aécio Neves como seria? Eu tenho muita preocupação porque o agronegócio no governo Aécio consegue ser três vezes mais forte do que dentro do governo Dilma. Quem vai ditar as regras? É o agronegócio. Ele só fala. No discurso dele, eu tenho ouvido falar em superávit, em expandir... O discurso dele é sempre do grande. Sempre de potencializar quem já tem grande potência no Brasil. Eu não vi em nenhum momento eles dizendo que os territórios indígenas seriam alvo de trabalho intenso para revigorar, conduzir um povo a se recuperar culturalmente e a se fortalecer para poder viver de seu próprio território. Em nenhum momento nem Aécio nem Dilma apresentaram nada para os povos indígenas. Esquecem que somos nações. Não somos meros brinquedos deles. O programa indígena deles deve ser de Estado, não pode ser de governo.

FM – Qual a perspectiva de resistência nesse contexto político?

Babau – Vai continuar sendo de luta social, porque não vamos ceder nem um milímetro de nossos territórios. Nem vamos abrir mão das leis e dos nossos direitos que já foram garantidos pela Constituição. Direitos garantidos nós não podemos perder nem abrir mão. Podemos ampliá-los. Se preciso for, vamos enfrentar.



Cacique diz que índio está desaparecido desde que teve alta do Trauma da Capital
SÍTIO BAYEUX JOVEM, 22.10.2014



Um índio da Baía da Traição estaria desaparecido desde a terça-feira (21), em João Pessoa. De acordo com denúncia feita pelo cacique Raqué, da tribo Potiguar, José Maximiano da Silva, de 74 anos, sumiu após ser internado no Hospital de Emergência e Trauma da Capital. A unidade divulgou nota dizendo que o paciente teve alta.

Segundo relatos do líder indígena, José Maximiano sofreu uma queda no domingo (19) e teria machucado a coluna.

O idoso foi levado para o Hospital Regional de Mamanguape e transferido ainda no domingo para João Pessoa.

Nessa terça-feira, a família de José Maximiano foi até o Hospital de Emergência e Trauma procurar informações sobre o estado de saúde do índio, mas os profissionais do local não conseguiram localizar o paciente.

Em nota, a assessoria da unidade de saúde disse que José Maximiano foi atendido após sofrer uma queda. Segundo a direção do hospital, "ele passou por exames clínicos e ficou constatado que não havia danos, tendo alta prévia e sendo mantido na unidade apenas para observação".

O hospital esclareceu na nota que, "por força de lei, não pode impedir o paciente, plenamente capaz e saudável, orientado e sem histórico de doenças mentais, a permanecer na unidade contra a sua vontade. Tal postura seria flagrante contrariedade ao direito constitucional de ir e vir".

Fonte: Portal Correio / Bayeux jovem



Índio desaparecido é achado e pode ter seguido a pé do Trauma-JP a Cabedelo
SÍTIO PORTAL CORREIO, 22.10.2014

Ele havia sido atendido no Hospital de Trauma da Capital, mas recebeu alta e não aguardou a chegada de parentes para que fossem buscá-lo



7ª Delegacia Distrital em Cabedelo

O índio José Maximiano da Silva, de 74 anos, foi achado na tarde desta quarta-feira (22), após apelos da família e do cacique Raqué, da tribo Potiguara de Baía da Traição, no Litoral Norte da Paraíba. Ele estava desaparecido desde essa terça-feira (21).

De acordo com a polícia em Cabedelo, ele relatou que não se lembra bem de como deixou o Hospital de Trauma de João Pessoa. José afirmou às autoridades que chegou a um local de Cabedelo onde foi amparado por outras pessoas. O índio foi levado para a delegacia em Cabedelo, onde a família dele foi acionada e o encontrou.

Ainda segundo a polícia, ele estava desidratado, abatido e chorando, afirmando que estava com saudades da família, mas que havia sido alimentado e bem cuidado pelos desconhecidos que o encontraram.

José Maximiano foi atendido por equipes da Secretaria de Saúde do Índio, órgão da Funai, e levado de volta para tribo onde mora em Baía da Traição.

Demarcação de terras indígenas deve voltar à tona na Câmara em 2015

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 22.10.2014



A polêmica sobre a Proposta de Emenda à Constituição que altera o processo de demarcação de terras indígenas no País (PEC 215/00, do ex-deputado Almir Sá) deve voltar com força na próxima legislatura. A partir de fevereiro, mais da metade da Casa será composta por deputados defensores da PEC 215. Indígenas são contrários à proposta, que diminui o poder da Funai sobre as demarcações.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), defensora da medida, será ampliada a partir do próximo ano. Um levantamento feito por técnicos da FPA indica que os parlamentares ligados ao setor deverão representar 51% da Câmara dos Deputados, com 263 dos 513 deputados eleitos para o período de 2015 a 2018. Hoje, são 191.

Do outro lado, nenhum indígena foi eleito para a Câmara, a exemplo de 2010. Mas a ausência de um parlamentar índio não tem impedido a vinda de lideranças indígenas ao Legislativo nos últimos anos. Em um dos protestos, índios chegaram a invadir o Plenário da Câmara e subir no teto do Congresso em protesto contra a PEC.

Vários dos processos de demarcação feitos pela Funai tem gerado conflitos no campo. Agricultores reclamam que muitas vezes colonos que ocupam áreas de boa-fé são retirados de suas terras para a demarcação de um território indígena.

Para o relator da PEC na comissão especial da Câmara que analisa a matéria, deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR), a proposta poderá trazer uma solução para os problemas. "O País está testemunhando a morte de índios e agricultores. É uma missão, um compromisso nosso", diz Serraglio que foi reeleito para a próxima legislatura.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Um dos principais defensores da causa indígena na Câmara, o deputado Padre João (PT-MG) discorda. "A PEC 215 significa o maior retrocesso. A gente percebe a organização de uma bancada, formando uma maioria, indo a voto e que se torna, de fato, uma ameaça a um direito constitucional sagrado, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, diz.

Atualmente, a demarcação de terras indígenas é de responsabilidade da União, com base na Constituição e em um decreto (Decreto 1.775/96). Para Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as normas que tem gerado conflito no campo são suficientes.

Existem no Brasil quase 900 mil índios e mais de 690 terras indígenas. Os povos nativos reivindicam, no entanto, o reconhecimento de cerca de 1000 áreas.

Com informações da Agência Câmara e imagem de Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

Fonte: Questão Indígena



As resistências dos Quilombos no Brasil

SÍTIO INESC, 22.10.2014

Ultrapassando a ideia de que quilombo se configura meramente como uma área delimitada e habitada por descendentes de escravos, a Associação Brasileira de Antropologia propõe pensar quilombo a partir de práticas de resistência e experiências que constroem uma trajetória comum, sem a necessidade da construção de um espaço propriamente demarcado

por Fernando Bueno Oliveira para o Jornal Opção,

No Brasil, diversas pesquisas direcionadas aos quilombos brasileiros já foram concluídas e várias outras estão em fase de execução. Mesmo diante de tão volumoso número de produções, o que se percebe, ainda, mesmo na universidade, é que, em alguns casos, persistem referências simplistas sobre quilombos. No imaginário social prossegue a definição de que os quilombos contemporâneos se configuram meramente como um agrupamento de negros formado por descendentes de escravizados fugitivos, em geral, das zonas canavieiras, mineradoras e cafeeiras que no Brasil existiram do século 16 ao início do século 20. Geralmente, Palmares constitui o grande modelo de quilombo. Talvez a prevalência de tais pensamentos esteja atrelada às trajetórias intelectuais, acadêmicas e de vida, além do próprio papel da mídia que trata os quilombos, em grande parte das reportagens televisivas, com um alto teor de exotização.

Frente à atual realidade dos quilombos rurais e urbanos, acreditamos que o conceito construído pela historiadora Beatriz Nascimento, uma das primeiras pesquisadoras negras que se dedicaram ao estudo de quilombos brasileiros, e o definido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) são os que correspondem ao mais próximo no que diz respeito às constituições, às organizações, às práticas e às trajetórias dos quilombos brasileiros. Nessa lógica, Beatriz Nascimento, ao definir quilombo, contempla as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

Ultrapassando a ideia de que quilombo se configura meramente como uma área delimitada e habitada por descendentes de escravos, o documento da ABA propõe pensar quilombo a partir de um cotidiano de vivências, de práticas de resistência e de experiências vividas que constroem uma trajetória comum, sem a necessidade da construção de um espaço propriamente demarcado. Eis a definição expressa pela ABA: "Quilombo tem novos significados na literatura especializada, também para grupos, indivíduos e organizações.

CONT.



Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão”.

Em Goiás, especificamente em relação ao estudo de quilombos contemporâneos goianos, temos a ciência das riquíssimas produções que vêm sendo realizadas, as quais são portadoras de abastadas informações que têm contribuído significativamente para que outras pesquisas, que vão por esse caminho, desenvolvam-se e colaborem com tal temática.

Da importância do estudo científico sobre os quilombos, a historiadora Beatriz Nascimento nos diz que quilombo assume um significado amplo de resistência negra em diversos espaços (não somente físico) não podendo o quilombo ser tratado apenas como fato do passado ou ser reduzido somente no espaço ou no tempo.

Em relação aos quilombos rurais, observa-se que foi principalmente com a Constituição Federal de 1988 que a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas. Fruto da mobilização do movimento negro, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Dessa forma, muitos territórios de quilombos estão sendo reconhecidos pelo território brasileiro.

A Emissão da certificação da Fundação Cultural Palmares (PCP) segue os procedimentos definidos na portaria FCP no 98 de 2007 que incluem a apresentação da ata da assembleia na qual a comunidade aprova o seu reconhecimento como quilombola e relato sintético da trajetória comum ao grupo (história da comunidade); a declaração de autodefinição de que são quilombolas, base territorial, dados da sua origem, número de famílias, jornais, certidões. A área certificada é submetida a um rigoroso laudo antropológico, que dá origem ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esse procedimento vale para os quilombos rurais e urbanos.

Entretanto, as titulações ocorrem de maneira muito lenta, principalmente, por conta da burocracia de órgãos estaduais responsáveis pela expedição das titulações e de outros que atendem em nível de federação, tais como o Incra e a Fundação Cultural Palmares. Juntem-se a esse impasse, os impedimentos judiciais movidos pela classe rural (formada por grandes fazendeiros e empresários rurais) que tornam ainda mais difícil para os quilombolas rurais a conquista do título de suas terras.

CONT.



Os dados da Fundação Cultural Palmares atualizados até maio de 2014 indicam que, naquela data, a instituição acabava de emitir mais 44 certificados de reconhecimento e traçava a perspectiva de que até dezembro desse mesmo ano outras 39 comunidades recebam seus registros, chegando a 2500 certificações. O reconhecimento é um importante passo no processo de conquista de titulação da terra, entretanto, sem o título da terra, propriamente dito, embora se tratando de comunidades oficialmente reconhecidas, essas famílias continuarão a sofrer com a ameaça de perda de suas terras, principalmente quando se situam próximas ou limítrofes a grandes propriedades rurais.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) disponibiliza em seu portal, informações acerca dos processos de reconhecimento de populações quilombolas rurais e os trâmites de titulações de terra. Atualmente, de acordo com essa fonte, apenas 216 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade de seu território. Esse número representa 7% da totalidade estimada de 3 mil comunidades no Brasil, indicando que a atuação governamental ainda está muito aquém do necessário para garantir o direito à terra previsto na Constituição Brasileira e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em 2014, pelo menos até a segunda quinzena do mês de setembro, o INCRA havia acelerado os processos de regularização fundiária de quatro territórios quilombolas.

Quanto aos espaços negros urbanos, em consideração aos seus espaços físicos de moradia, diferentemente dos quilombos rurais, que, por sua vez, buscam junto aos órgãos expedidores a titulação da terra, os quilombos urbanos se inserem no tecido urbano e vivenciam cotidianos de vida e socialização. Nesse caso, inexistente a busca da aquisição de títulos de terra, mas, por outro lado, em se tratando, geralmente, de áreas periféricas, há a necessidade de uma infraestrutura básica (moradia, saneamento, asfalto, escola, centro comunitário, área de lazer, dentre outros elementos) e a escrituração de casas, que não atendem integralmente as necessidades de seus moradores.

Importantes trabalhos contribuem no sentido de se entender as trajetórias de espaços negros em algumas cidades brasileiras, tais como o de Raquel Rolnik, de 2007, que demonstra a constituição de espaços negros urbanos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; o de Andreilino Campos, de 2012, o qual aborda sobre a transição dos quilombolas às favelas cariocas; e o de Claudelir Correa Clemente & José Carlos Gomes da Silva, de 2014, que elenca práticas culturais urbanas relacionadas com seus territórios sociais nas cidades de São Paulo e Uberlândia.

Nas cidades, verificamos que, não por um acaso, os espaços negros se constituem nas periferias ou em outras áreas específicas, geralmente, associadas à imagem de marginalidade. Ao longo de suas trajetórias, esses espaços foram estigmatizados e removidos das áreas que não eram bem vistos e aceitos. Sobre isso, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik diz que “para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de apartheid velado que, se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular”.

CONT.



Falar de quilombos não é aceitar ou somente expor termos e significados simplistas. Não é tecer considerações descompromissadas com a realidade desse grupo social. Falar de quilombos é evidenciar, dentre outros sentidos, a trajetória de formação e de resistência de grupos negros, os quais, enquanto comunidades assumem uma postura de afirmação perante uma sociedade ainda fortemente marcada por diferentes práticas discriminatórias, as quais, em grande parte, ocorrem veladamente.

Quanto ao direito às terras dos quilombolas, este foi resguardado na Lei 12.288, de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, assegurando-lhes possibilidades de acesso aos bens econômicos e culturais. É preciso superar em definitivo os preconceitos que aparecem travestidos de inúmeras roupagens e impedem um Brasil mais igual. É chegada à hora da redução das desigualdades e da construção de uma sociedade justa e solidária. A igualdade de oportunidades entre negros e não negros haverá de ser o princípio norteador para o desenvolvimento da nação.



Odonto Sesc é realidade em Quilombo

SÍTIO RÁDIO CORAÇÃO, 22.10.2014

Ocorreu na tarde de segunda-feira (20), o lançamento oficial do Projeto OdontoSesc em Quilombo. A partir desta terça-feira dia 21 de outubro, os munícipes quilombenses estão sendo atendidos no consultório instalado na praça municipal da cidade. O projeto OdontoSesc consiste em uma parceria entre Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Saúde com o SESC.

O Secretário de Saúde Derlei Pelinson destaca, “nosso objetivo é oferecer serviços gratuitos de saúde bucal e noções de saúde. São quatro cadeiras odontológicas com capacidade para 64 consultas diárias”, ressalta ele.

“Sem dúvida essa ação irá aproximar os atendimentos da população, além sensibilizar e mobilizar as pessoas a cuidar da saúde bucal. Acredito que ações de mobilização são fundamentais para atingir as pessoas em meio a tantas correrias que a vida gera”, ressaltou o Prefeito Neuri Brunetto.

As consultas são agendadas após uma triagem feita pela prefeitura. Entre os procedimentos oferecidos estão clínica básica, restauração, educação em saúde bucal e profilaxia, tratamento de canal e raspagem de tártaro. Além disso, a equipe realizará palestras e atividades educativas em escolas e grupos da comunidade. A previsão é que sejam realizados 2.592 atendimentos, entre consultas e tratamentos além das ações educativas.

“Através desta ação vamos impulsionar as pessoas a procurar mais os profissionais dentistas, vamos aumentar a demanda, mas isso vai gerar mais qualidade de vida e isso que é importante para nós, cuidar bem da nossa gente”, finalizou Brunetto.

Fonte: Assessoria de Comunicação



Festival Indígena do Pescado

SÍTIO PREFEITURA DE ARARACRUZ, 22.10.2014

Para valorizar e resgatar a tradição do povo indígena no município de Aracruz, a Associação dos Pescadores e Catadores Indígenas (Apeci), criada em 2012, promove a segunda edição do Festival Indígena do Pescado, a ser realizada entre os dias 25 e 26 de outubro, na aldeia Caieiras Velhas, na estrada Primo Bitti. O Festival contribui para a preservação da história dos hábitos alimentares da tribo, atividades culturais, artesanato e educação ambiental, voltadas para a pesca.

Os alimentos comercializados para o Festival são feitos exclusivamente pelos indígenas. Pratos típicos como nhoque de abobora e peixe, o pastel de tilápia, produzido do próprio pescado que é criado em cativeiro pelos associados da associação, fazem parte do cardápio do Festival que possui elementos significativos da culinária capixaba.

A programação conta com a participação de bandas regionais e locais, além de apresentações de dança dos curumins da tribo, confecção de adereços e acessórios feitos com penas, sementes e outros produtos naturais a partir de resíduos do pescado. A proposta desse ano é manter a valorização indígena e reforçar a importância da sustentabilidade e dos recursos naturais.

De acordo com o presidente da Apeci, Wellington Kanawa, serão inseridas ações de educação ambiental para despertar a atenção da sociedade sobre a necessidade de preservação e manutenção de espaços naturais hídricos e manguezais como berçários reprodutivos de espécies. Para isso, palestras, jogos e brincadeiras educativas estão na programação abaixo.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

SNJ, Incra e CNPQ selecionam projetos de extensão tecnológica para jovens residentes em áreas rurais

SÍTIO SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 22.10.2014

O CNPq, o Incra e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ-PR) lançaram chamada pública, até o dia 13 de novembro, para apoio a projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica para jovens de 15 a 29 anos, estudantes de nível médio, residentes em áreas rurais.

22.10.2014 - SNJ, Incra e CNPQ selecionam projetos de extensão tecnológica para jovens residentes em áreas rurais

Os projetos devem contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais. A previsão é que sejam formadas 25 turmas, com 50 estudantes em cada, num total de mais de 1.250 alunos. Mais informações, [clique aqui](#).

Assista o vídeo [clikando aqui](#)!



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

SDH e Funai firmam compromisso para proteção dos direitos da criança e do adolescente indígena

SÍTIO SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 22.10.2014

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) recebeu a Fundação Nacional do Índio (Funai) nesta quarta-feira (21) para planejar ações voltadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente indígena.

A secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH/PR, Angélica Goulart, recebeu o diretor Júlio Cesar Gomes Pinheiro e a equipe de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, na sede da Secretaria, em Brasília.

O Diretor da Funai apresentou a Instrução Normativa n. 01 de 22 de setembro de 2014, elaborada pela Funai, que trata da proteção dos direitos das crianças e jovens indígenas em situação de risco e da promoção do direito a convivência familiar e comunitária.

Na reunião, os dois órgãos firmaram o compromisso de atuação conjunta tendo como proposta a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial com os Ministérios da Saúde, da Justiça, da Educação, e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome com o objetivo de compartilhar as ações em andamento visando o aprimoramento dos serviços prestados a essa parcela da população.

Durante o encontro, discutiu-se ainda a elaboração de uma publicação sobre a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente à luz dos direitos indigenistas e indígena, com capacitação específica de conselheiros tutelares para esse tema.

Assessoria de Comunicação Social

www.sdh.gov.br

<https://www.facebook.com/direitoshumanosbrasil>

Independente de quem vença, diálogo precisa aumentar
SÍTIO BRASIL DE FATO, 22.10.2014

Coordenador da Comissão Guarani Yvy Rupa fala de eleições, PEC 215 e atuação da FUNAI



Júlio Carignano
de Cascavel (PR)

Os povos indígenas acompanham de perto as eleições e se articulam em torno de levar suas pautas e firmar compromissos dos presidentiáveis para garantia de direitos previstos na Constituição Federal, como saúde e educação, além da manutenção da cultura e luta pela demarcação e proteção de suas terras tradicionais.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) divulgou no dia 15 uma nota em que apresenta reivindicações dos povos originários aos candidatos que disputam o segundo turno das eleições.

Outras organizações também se movimentam e mostram preocupação com o cenário especialmente após as eleições legislativas, com o crescimento do perfil conservador do Congresso Nacional.

Apesar da convicção que o segundo turno coloca frente a frente dois modelos distintos de Estado e nação, as comunidades alertam que o diálogo precisa aumentar independente de

CONT.



quem vença o pleito. Quem aponta é o cacique Timóteo Vera, coordenador nacional da Comissão Guarani Yvy Rupa (CGY), organização gerida por lideranças indígenas de aldeias do Sul e Sudeste do Brasil, com o intuito de articular nacionalmente a luta dos povos originários pela recuperação de seus territórios tradicionais.

Em passagem pelo Oeste do Paraná, região de conflitos por demarcações de terras tradicionais, a liderança destacou que uma vitória do candidato do PSDB, Aécio Neves, seria um retrocesso do pouco diálogo que os povos tradicionais conseguiram estabelecer com o atual governo.

“Não acho que a presidente [Dilma Rousseff] não compreenda a causa indígena, mas o que criticamos são algumas forças que caminham ao lado do governo. Não somos contra o governo, não somos contra os fazendeiros ou proprietários, só queremos nossos direitos e que para além da compreensão de nossa luta também tenha ação por parte dos governantes”.

Preocupação

Uma das grandes preocupações da CGY neste período eleitoral é o entendimento que os candidatos têm em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, medida que visa transferir do Executivo para o Legislativo a aprovação da demarcação das terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental.

“Isso é totalmente inconstitucional, uma medida que representa um grande ataque às nossas comunidades, pois a maioria do Congresso é formada por inimigos da causa indígena. Hoje temos apenas uns dez parlamentares que apoiam nossa luta”, comenta Timóteo, ressaltando que nos últimos anos as organizações indígenas têm buscado articulação para a eleição de deputados de etnias indígenas, o que não foi possível nas eleições de 2014.

Além das demarcações territoriais, a CGY também busca pautar questões como a educação e a saúde. Segundo o coordenador nacional, a saúde indígena hoje é um dos grandes problemas das áreas já demarcadas. “A Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena] está precária”, afirma. Questionado sobre a implantação do programa Mais Médicos, do governo federal, nas áreas indígenas, o cacique pondera: “É um programa importante, pois levou médicos a algumas aldeias que até então a Sesai não chegava. Porém, mesmo assim, os médicos nem sempre estão lá. Na minha aldeia, no Vale do Ribeira [litoral sul paulista], um cubano está atendendo por lá, mas ele vai de 15 em 15 dias. Doença não marca hora nem data”, comenta.

Funai

O cacique Timóteo Vera também fez ponderações relativas à atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão, que é responsável pela coordenação e execução da política indigenista no país, está oficialmente sem presidente desde o início do mês quando Maria Augusta Assirati pediu exoneração da função. Ela permaneceu 15 meses na presidência interina do órgão.

Indagado sobre a possibilidade de um indígena assumir a Funai, o coordenador da CGY foi enfático. “Não adianta colocar um indígena para fazer ‘maquiagem’ e depois detonar ele na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

fundação. Colocar lá para 'queimar' o índio e dizer que ele não presta para fazer o serviço". Para Timóteo Vera, mais importante que um indígena assumir a Funai seria uma medida que proporcionasse mais autonomia ao órgão, hoje vinculado ao Ministério da Justiça.

Uma das soluções seria uma eventual vinculação a Casa Civil. Esse é o apontamento do professor e indigenista Paulo Porto, vereador na cidade de Cascavel (PR). Porto, que trabalha junto aos povos indígenas desde 1990, comenta que o órgão hoje encontra-se sucateado, com problemas financeiros e de quadro pessoal.

"Acredito eu uma subordinação direta ao gabinete da Presidência da República seria uma alternativa. Hoje vemos uma Funai com sérias dificuldades, especialmente para tratar da questão fundiária, que é uma das atribuições centrais do órgão", comenta.



CNBB manifesta preocupação com direitos indígenas

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 23.10.2014

Jornal do Brasil

A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou hoje, dia 23, nota manifestando a preocupação da entidade em relação aos direitos dos povos indígenas, após decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular os efeitos de portarias do Ministério da Justiça que reconheciam territórios ocupados por povos indígenas no Maranhão e no Mato Grosso do Sul.

O texto foi aprovado pelo Conselho Permanente da Conferência, que esteve reunido em Brasília, de 21 a 23 de outubro. "A CNBB espera que não haja retrocesso na conquista dos direitos indígenas, especialmente quanto à demarcação de seus territórios", afirma a nota.

Leia o texto na íntegra:

Os direitos dos povos indígenasNota da CNBB

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília nos dias 21 a 23 de outubro de 2014, manifesta sua preocupação com a decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal-STF que anulou os efeitos da Portaria Declaratória nº 3.219/2009, do Ministério da Justiça, que reconhece a Terra Indígena Guýraroká, do Povo Guaraní-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, como de ocupação tradicional indígena.

Lamenta, igualmente, a anulação, pela mesma 2ª Turma do STF, da Portaria 3.508/2009 que declara a Terra Indígena Porquinhos, no Maranhão, como de posse permanente do grupo indígena Canela-Apãniekra.

A garantia dos territórios aos povos indígenas é um direito conquistado e consignado na Constituição Federal, com árdua luta de muitas pessoas da sociedade brasileira. Infelizmente, interesses econômicos têm impedido a demarcação das terras indígenas, que é a concretização do direito constitucional. Por isso, grande parte dos povos indígenas do Brasil continua vivendo exilada de suas terras devido ao esbulho e à violência histórica cometida contra suas comunidades.

Questionar as demarcações das terras indígenas no poder judiciário tem sido uma estratégia utilizada com vistas a retardar ou paralisar as ações que visam a garantia de acesso dos povos originários aos seus territórios tradicionais. Enquanto aguardam a demarcação de suas terras, várias comunidades indígenas ficam acampadas à beira de rodovias ou nas poucas áreas de mata nos fundos de propriedades rurais, sem direito à saúde, à educação, a água potável, sofrendo ações violentas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

A CNBB espera que não haja retrocesso na conquista dos direitos indígenas, especialmente quanto à demarcação de seus territórios. Concluir o processo de demarcação das terras indígenas é saldar uma dívida histórica com os primeiros habitantes de nosso país e decretar a paz onde há graves conflitos que vitimam inúmeras pessoas.

Que Deus nos dê forças para garantir os direitos dos povos indígenas e de todos os brasileiros, superando toda atitude de abandono e descarte das populações originárias. Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, nos ajude a construir a paz que nasce da justiça e do amor.

Central de Controle semelhante a utilizada na Copa do Mundo será instalada em Palmas para os Jogos Indígenas
SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 23.10.2014



Os Jogos Mundiais Indígenas receberão cerca de 2.500 indígenas, sendo 1.100 estrangeiros. Pensando nos aspectos de segurança, tanto dos atletas como dos turistas, o secretário extraordinário dos Jogos Indígenas, Hector Valente Franco, se reuniu na terça-feira, 21, com o secretário extraordinário de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, Andrei Augusto Passos Rodrigues, para discutir o esquema de segurança a ser montado em Palmas durante os Jogos.

A parceria foi viabilizada pelo prefeito de Palmas, Carlos Amastha, durante a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, ocorrida na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos dias 22 e 23 de setembro, quando Amastha se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e este fez referência aos Jogos em sua fala no evento e garantiu apoio logístico aos jogos.

Durante o encontro ficou acordado que Palmas receberá uma Central de Controle semelhante à utilizada durante a Copa do Mundo, para proporcionar um grande evento sem imprevistos e preparada para qualquer ocorrência. O encontro contou ainda com a presença do diretor de Operações, Cristiano Barbosa Sampaio, e do assessor de Relações Institucionais, Alessandro Jacondino de Campos, ambos da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. (Secom Palmas)



As respostas de Dilma Rousseff e Aécio Neves à Carta da APIB e às cobranças dos Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Os dois candidatos à Presidência da República responderam, afinal, à Carta da APIB e às cobranças que povos indígenas e seus parceiros vinham fazendo à ausência de propostas claras com relação à situação de demarcação de seus territórios e outros direitos constitucionais que continuam a lhes ser negados. Dilma Rousseff respondeu com uma Carta aos Povos Indígenas do Brasil (abaixo). O candidato Aécio Neves divulgou um cartaz (também abaixo) com o título “Ampliação do diálogo com as comunidades indígenas” e apenas uma frase, na qual promete que “vai estabelecer um canal de diálogo com as comunidades indígenas pra criar uma agenda de prioridades, além de estimular a proteção à memória e às histórias dos povos indígenas”.

Se buscarmos mais detalhes no Programa de Governo de Aécio Neves, encontramos, no item referente a Igualdade Racial, duas menções aos povos indígenas, nas quais também

aparecem os afrodescendentes, aliás. São elas: “(1) Combate à intolerância religiosa e punição aos agentes públicos que desrespeitem os espaços de manifestação da religiosidade africana, indígena e de outras etnias; e (2) Ampliação de ações afirmativas para inserção social de negros e indígenas nas universidades, nos espaços políticos e nos cargos públicos”. As outras cinco propostas têm sentido mais ‘amplo’. Para facilitar, transcrevo as sete no final.

Dilma Rousseff faz um balanço das (poucas) realizações de seu governo em relação aos Povos Indígenas, reafirma a inconstitucionalidade da PEC 215, menciona (como se fossem grandes feitos) a desintrusão de Marãiwatsédé e da Terra Indígena Awá-Guajá, e diz que a Conferência Nacional de Política Indigenista “poderá se constituir num espaço privilegiado para a avaliação de toda a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, de identificação das dificuldades atuais, bem como num espaço de pactuação de novos avanços, particularmente na demarcação das terras indígenas, dentro dos marcos da nossa Constituição”.

Abaixo, a Carta de Dilma e, em seguida, o cartaz e os sete itens da Política de Igualdade Racial prometida por Aécio Neves.

CONT.



Carta aos Povos Indígenas do Brasil

Aos companheiros e companheiras indígenas, os primeiros brasileiros,

No ano passado vivemos dias intensos; falo das Jornadas de Junho que, para quem não lembra, milhares de brasileiros foram às ruas exigir melhorias sociais e democráticas e, também, exigir mudanças. Naquele mesmo período recebemos os movimentos sociais, grupos da juventude e, também, recebemos lideranças indígenas de todo o Brasil.

Após receber a carta com reivindicações das mãos das lideranças indígenas constatei o respeito à nossa Constituição que todos vocês nutrem e afirmei naquela reunião o que escrevo agora: nada em nossa Constituição será alterado com relação aos direitos dos povos indígenas!

De todas as justas reivindicações apresentadas não tive dúvidas sobre a questão da inconstitucionalidade da PEC 215. Hoje, todos sabemos, existem desafios na esfera jurídica para podermos avançar na demarcação das terras indígenas no país, principalmente nas regiões centro-oeste, sul e nordeste. Temos que enfrentar e superar estes desafios respeitando a nossa Constituição.

Nos últimos anos construímos, com a participação de representantes indígenas, diversas políticas públicas voltadas aos povos indígenas: políticas afirmativas para o ingresso e permanência de estudantes indígenas nas universidades públicas federais; valorização das culturas indígenas com o Prêmio Culturas Indígenas; inclusão das famílias indígenas em programas federais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Tive a enorme alegria em assinar o decreto que instituiu a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), pois trata-se de uma política fundamental para a sustentabilidade dos povos indígenas.

Além destas políticas públicas, buscamos superar graves dívidas históricas do Estado brasileiro com os povos indígenas, realizando a desintrusão da Terra Indígena Xavante de Marãiwatsédé, no Mato Grosso, e a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão. Neste ano de 2014 assinei o decreto que convoca a Conferência Nacional de Política Indigenista, que poderá se constituir num espaço privilegiado para a avaliação de toda a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, de identificação das dificuldades atuais, bem como num espaço de pactuação de novos avanços, particularmente na demarcação das terras indígenas, dentro dos marcos da nossa Constituição.

Gostaria de dizer a vocês que manteremos os compromissos com o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio; com a melhoria do atendimento à Saúde Indígena; com a qualidade da Educação Escolar Indígena; com a articulação para a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Conselho Nacional de Política Indigenista e do Estatuto dos Povos Indígenas; com o acesso das comunidades indígenas a políticas nacionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outras, além de avançar na regulamentação e aplicação do direito de consulta livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da OIT.

CONT.



Conto com o apoio de vocês para, nos próximos quatro anos, enfrentarmos juntos os desafios e cumprirmos com os compromissos, garantindo o bem viver para todos os povos indígenas no Brasil.

Dilma Rousseff
Presidenta do Brasil

As sete propostas relativas a Igualdade Racial no Programa de Aécio Neves:

Dar efetiva aplicação à Lei 9459/1997, que define os crimes de racismo e preconceito racial, e à Lei 10639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas.

Combate à intolerância religiosa e punição aos agentes públicos que desrespeitem os espaços de manifestação da religiosidade africana, indígena e de outras etnias.

Ampliação de ações afirmativas para inserção social de negros e indígenas nas universidades, nos espaços políticos e nos cargos públicos.

Criação do Fundo Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e incentivo à criação de fundos estaduais e municipais para políticas de igualdade racial.



Criação de ações de combate ao racismo ambiental, que promovam o resgate cultural dos conhecimentos científicos das comunidades tradicionais.

Ações de promoção da juventude negra, com incentivo à produção cultural e combate ao extermínio da juventude negra.

Ações de incentivo à participação da mulher negra nos espaços de poder e decisão, e melhoria nas condições de trabalho da mulher negra.

* Documentos enviados por Henyo Barretto, a quem agradecemos.



Inscrição para Vestibular Indígena termina na sexta
SÍTIO SERCOMTEL, 23.10.2014

Terminam nesta sexta-feira (24) as inscrições para o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná 2014 realizado pelas universidades estaduais do Paraná juntamente com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estão sendo disponibilizadas seis vagas para cada uma das universidades estaduais e 10 vagas para a UFPR. As provas serão realizadas nos dias 18 e 19 de dezembro, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, no Centro Politécnico (Cedeteg), em Guarapuava.

Para se inscrever o interessado deverá adquirir o Manual do Candidato e preencher um questionário sócio educacional que deverá ser entregue, em uma das universidades, junto com a ficha de inscrição. Haverá uma prova de redação, e também uma prova objetiva composta por 40 questões, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa (Interpretação de textos), Língua Estrangeira Moderna ou Língua Indígena, Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química.

Os candidatos também farão prova para avaliação da capacidade de dialogar sobre determinados temas. Nesse teste o candidato deverá mostrar articulação sobre os temas propostos.



Movimento indígena denuncia repressão ao povo Tenharin

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 23.10.2014

Lideranças da Articulação do Movimento Indígena de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas, em visita aos Povos Tenharin e Jiahui no sul do Amazonas, denunciam que a repressão a estes povos continua e de forma cada vez mais contundente.

Em visita às Aldeias Bela Vista (Jiahui) até o Mafuí (Tenharin) entre os dias 17 a 19 de outubro, as lideranças encontraram estes povos acudados nas aldeias. Este sentimento foi compartilhado pela equipe composta de quatro pessoas ainda na travessia da balsa em Humaitá, quando um indivíduo fez questão de fotografar a equipe e o carro que utilizava, retornando em seguida para um aglomerado de pessoas que conversavam apontando para estes, o que os deixou inseguros. A situação é grave:

- 1) Nas aldeias, nos três dias de convivência e reuniões, o relato de diversas pessoas dá conta de que o medo e a insegurança rondam as comunidades. Ninguém se sente seguro em andar pela rodovia ou fazer compras no Km 180 e mesmo em Humaitá, onde ameaças de morte a lideranças foram registradas em boletim policial;
- 2) De um povo livre, hoje os Jiahui e Tenharin externam sentimento de isolamento por parte da sociedade local e pelos órgãos governamentais que até agora NÃO IMPLANTARAM as barreiras de fiscalização para os veículos que transitam pela Transamazônica, que corta o território desses povos. Poucos são os não-indígenas que dialogam com os indígenas, com receio de repressão;
- 3) Os cinco Tenharin detidos acusados da morte dos três não-índios no final do ano passado continuam em prisão pública, mesmo que a lei brasileira conceda o direito ao habeas corpus, negado a todos eles. Eles relataram a familiares que se sentem ameaçados por estranhos que transitam na unidade prisional.
- 4) Por fim as, lideranças do Movimento Indígena Regional afirmam que estão acompanhando de perto a situação e denunciando junto aos órgãos públicos e imprensa a violação de direitos dos quais os Jiahui e Tenharin são vítimas, ao mesmo tempo em que ocorre de forma intensa o avanço do agronegócio, da soja e boi ao longo da BR Transamazônica, do KM 180 rumo a Apuí e Jacareacanga, onde o trânsito de camionetas de luxo com placas do Mato Grosso é intenso; e
- 5) O avanço do poder econômico do agronegócio é sinal inequívoco de que seus interesses se sobrepõem com força na região, produzindo estratégias ofensivas aos direitos indígenas, reprimidos e acudados em seu próprio território.

Comissão de Articulação do Movimento Indígena de RO, noroeste do MT e sul do AM.

O papel do STF no cenário da crescente ameaça anti-indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2014

Confira o artigo de Maurício Guetta, advogado e assessor do Programa de Política e Direito Socioambiental (PPDS) do ISA, sobre as decisões recentes do STF que afetam os direitos territoriais indígenas



ISA

Duas recentes decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acenderam o sinal de alerta para os povos indígenas. Pela primeira, foi desconstituída a Terra Indígena (TI) Guyraroká (MS), do povo Guarani-Kaiowá. Pela segunda, negou-se o direito dos Canela-Apãiekra à ampliação da TI Porquinhos (MA) (saiba mais).

Estaria o Poder Judiciário encampando a visão anti-indígena que prevalece cada dia com mais vigor no Legislativo e no Executivo? Ou seriam duas decisões isoladas? O que significam essas decisões para o futuro dos direitos dos povos indígenas no Brasil?

As ameaças anti-indígenas e a crescente importância do Judiciário para os direitos indígenas

A cada legislatura, a composição do Congresso Nacional mostra-se mais e mais anti-indígena. Basta verificar que, no pleito de 2014, foram eleitos nada menos do que 273 deputados federais e senadores considerados "ruralistas", o que representa um aumento de 33% em relação à legislatura atual (veja aqui). Os parlamentares eleitos farão parte, a partir de 2015, do Congresso mais conservador desde 1964 (veja aqui).

CONT.



O que explica esse cenário? Além de refletir, em parte, o pensamento predominante na maioria da população brasileira, o principal aspecto a ser considerado é que os grandes centros de poder econômico (setores bancário, armamentista, minerário, farmacêutico, da construção civil, do agronegócio etc.) encontraram, por meio da legislação infraconstitucional, meios de manejar o sistema democrático estabelecido pela Constituição de 1988, distorcendo as premissas basilares daquilo que deveria ser a nossa república democrática e, com isso, garantindo a apropriação do poder político no País, em violação ao preceito constitucional de que "todo poder emana do povo".

As indevidas interferências do poder econômico nas eleições e também durante o mandato legislativo, como temos alertado (veja aqui), impactam de forma nefasta toda sociedade brasileira. Mas os maiores prejudicados certamente são as minorias que compõem a nossa sociedade plural e multiétnica, como índios, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, que acabam reféns da falta de representatividade política, restando-lhes apenas os apelos à Nhanderú, na esperança de não ver seus direitos alijados pelo Legislativo (leia mais).

No Executivo, a coisa vai de mal a pior. Com o aumento das ingerências do poder privado sobre o Governo Federal, também decorrentes do exponencial aumento das verbas para financiar campanhas eleitorais (leia aqui), são frequentes as obras de infraestrutura violadoras de direitos, que garantem aos financiadores o retorno de seu "investimento" nas eleições, em detrimento do meio ambiente e dos povos tradicionais.

Além disso, o número de TIs declaradas e homologadas durante o Governo Dilma foi o mais baixo da história desde os tempos de ditadura militar (veja aqui), omissão estatal caracterizada pelo movimento indigenista como elemento indutor da violência contra indígenas no Brasil (leia aqui).

Não bastasse isso, tanto Aécio Neves quanto Dilma Rousseff já se comprometeram com alterações do processo de demarcação de TIs, cedendo às pressões da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O descaso dos dois candidatos foi novamente alvo de críticas da Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Diante das crescentes ameaças do Legislativo e também do Executivo, resta aos povos tradicionais apenas o Poder Judiciário na tentativa de evitar o naufrágio da canoa indígena, mesmo que vez ou outra ele próprio promova retrocessos. Afinal, além de ter o poder/dever de garantir a efetividade dos direitos fundamentais, é a única porta estatal que permanece (entre) aberta.

Decisões recentes da 2.^a Turma do STF

As duas decisões recentes do STF sobre demarcação de TIs foram proferidas pela 2.^a Turma em Mandados de Segurança que objetivavam a anulação de portarias declaratórias do Ministério da Justiça.

CONT.



Em ambas, entendeu-se pela aplicação automática de alguns dos critérios utilizados no julgamento do caso da TI Raposa-Serra do Sol (RR), de 2009, o que beira o absurdo jurídico e contraria frontalmente o entendimento do Pleno da própria Corte Suprema. É que esses parâmetros limitam-se única e exclusivamente àquele caso, como esclareceu o ministro Luís Roberto Barroso naquela oportunidade. “Os fundamentos adotados pela Corte não se estendem, de forma automática, a outros processos em que se discuta matéria similar”, aponta o voto do ministro. Recentemente, o próprio Pleno, em votação unânime, tratou de confirmar esse entendimento (leia mais).

Equívoco flagrante

No primeiro caso (RMS n.º 29087), anulou-se a Portaria n.º 3.219 do Ministério da Justiça (MJ), que havia reconhecido, em 2009, a TI Guyraroká (MS) como de ocupação tradicional indígena. O argumento utilizado pelo ministro Gilmar Mendes, que abriu divergência ao entendimento do ministro Ricardo Lewandowski, foi o do “marco temporal”, adotado no caso da TI Raposa-Serra do Sol (RR), segundo o qual a Constituição teria reconhecido aos indígenas apenas a posse das terras que estivessem sendo ocupadas em 5 de outubro de 1988. Assim, a ausência dos Guarani-Kaiowá na área nesta data seria fato capaz de, isoladamente, afastar seu direito à terra indígena. A posição de Mendes foi seguida pelos ministros Carmen Lúcia e Celso de Melo.

É flagrante o equívoco em se adotar tal teoria no Direito brasileiro, uma vez que, mesmo antes da referida data, a legislação já reconhecia aos índios a posse de suas terras. Mas, ainda que admitíssemos a sua validade, nem assim poderia ter ocorrido a sua aplicação neste caso específico. É que o povo indígena em questão foi expulso de suas terras tradicionais por projetos de colonização apoiados pelo próprio Estado em meados do século XX, fato este que afasta a aplicação da tese do “marco temporal”, como consta da própria decisão no caso Raposa-Serra do Sol: “A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não-índios.”

Se os ministros da 2.ª Turma do STF pensam que garantirão segurança jurídica e propriedade privada na área, os gravíssimos conflitos na região mostram exatamente o contrário. Decisões como esta, além de potencializarem o já grande número de suicídios dos Guarani-Kaiowá, podem ser responsáveis pela continuidade do histórico de derramamento de sangue, gerando mais indefinições sobre o destino das terras em disputa e do próprio povo indígena (leia aqui).

Direitos imprescritíveis

Já no segundo caso (RMS n.º 29542), a mesma 2.ª Turma, dessa vez em decisão unânime, anulou a Portaria n.º 3.508/2009 do MJ, que ampliou a TI Porquinhos (MA), do povo indígena Canela-Apãniekra. Para tanto, os ministros aplicaram automaticamente a vedação de ampliação determinada à TI Raposa Serra do Sol e entenderam pela aplicação do prazo de prescrição de 5 anos (art. 54 da Lei 9.784/1999), que teria sido ultrapassado, já que a ampliação referia-se a uma área demarcada há mais de 30 anos.

CONT.



Ocorre que a Constituição, em seu art. 231, § 4.º, estabeleceu muito claramente serem “imprescritíveis” os direitos dos indígenas sobre suas terras. A decisão, portanto, aplicou prazo de prescrição previsto em lei infraconstitucional contra a imprescritibilidade prevista pela Lei Maior, do que decorre a sua evidente inconstitucionalidade. É preciso compreender que a proteção constitucional conferida aos povos indígenas em relação às suas terras tem origem no fato de que a sua sobrevivência, organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dependem diretamente dela. Também por isso os direitos dos povos indígenas sobre suas terras são “originários” e “imprescritíveis”.

Isso tudo sem contar que, em geral, o Mandado de Segurança é modalidade de ação com procedimento diminuto e simplório, sem a possibilidade de produção de provas ou debate sobre questões de fato (como a tradicionalidade da ocupação indígena, por exemplo), o que o torna via absolutamente inadequada para debater os complexos processos de demarcação de terras indígenas, na linha do que vêm decidindo o STF e também o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em contraponto, observa-se que os produtores rurais também se sentem injustiçados nos casos em que o reconhecimento de TIs gera a sua remoção das propriedades. Eles as adquiriram do próprio Estado (União ou Estados federados), que, no século passado, trabalhava sob a ótica colonizadora, no sentido de expulsar os indígenas de suas terras, incentivar o desmatamento e depois destiná-las à produção rural, mediante a transferência de títulos de propriedade.

Nesses casos, opiniões começam a convergir: as TIs devem, sim, ser demarcadas e os proprietários dos imóveis rurais devem ser devidamente indenizados, com base no art. 37, § 6.º, da Constituição, ante a responsabilização objetiva do Estado por seus atos, afastando-se a vedação prevista no art. 231, § 6.º, sobre a indenização pela terra nua.

Se a 2.ª Turma do STF, a exemplo dos Poderes Legislativo e Executivo, caminha para o retrocesso em matéria de Direito Indígena, é preciso que o Pleno da Corte Suprema não vire as costas aos direitos constitucionais dos povos e comunidades tradicionais, em constante e crescente ameaça.



TRF5 garante posse de terra para comunidade indígena da Paraíba
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2014

Destilaria entrou com ação de reintegração de posse de área com cerca de 30 hectares

TRF5

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 negou, na quinta-feira passada (16/10), provimento à apelação interposta pela Destilaria Miriri S/A, em ação de reintegração de posse de área localizada dentro dos limites da terra indígena Potiguar de Monte-mor, mantendo a sentença de primeiro grau que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

A Destilaria pretendia a proteção possessória da área da propriedade Arrepiá. No entanto, no curso da ação de reintegração, sobreveio a Portaria 2.135/2007, do Ministério da Justiça, que tornou sem efeito o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre a Destilaria e os representantes do Ministério Público Federal, das comunidades indígenas e Funai.

“De fato, a Portaria, que reconhece a posse permanente dos indígenas sobre a área da ação de reintegração de posse, constituindo todos os direitos assegurados ao povo indígena pela Constituição Federal (CF), tem natureza declaratória e seus efeitos devem prevalecer enquanto não for invalidada na via própria (ação judicial adequada). A partir de sua publicação, fica sem efeito o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que regulamentou uma situação temporária, enquanto não definida a questão das terras Monte-mor. Publicada Portaria Ministerial que reconheceu a qualidade de terra indígena, incide a vedação (proibição) do art. 231, § 6º da Constituição Federal, segundo o qual são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas”, afirmou o relator do caso, desembargador federal Manoel de Oliveira Erhardt.

AC 500990-PB



Polêmica sobre demarcação de terras deve voltar à tona na Câmara do Deputados em 2015

SÍTIO SEDEP, 23.10.2014

A polêmica sobre a Proposta de Emenda à Constituição que submete ao Congresso a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas no País (PEC 215/00, do ex-deputado Almir Sá) deve voltar com força na próxima legislatura.

A chamada bancada ruralista, defensora da medida, será ampliada a partir do próximo ano. Levantamento da Frente Parlamentar da Agropecuária indica que os parlamentares ligados ao setor deverão representar 51% da Câmara dos Deputados, com 263 dos 513 deputados eleitos para o período de 2015 a 2018. Hoje, são 191.

Do outro lado, nenhum indígena foi eleito para a Câmara, a exemplo de 2010. Mas a ausência de um parlamentar índio não tem impedido a vinda de lideranças indígenas ao Legislativo nos últimos anos. Em um dos protestos, índios chegaram a subir no teto do Congresso em protesto contra a PEC.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário, 53 indígenas foram assassinados no ano passado em consequências de conflitos agrários diretos ou indiretos. Agricultores reclamam, no entanto, que muitas vezes colonos que ocupam áreas de boa-fé são retirados de suas terras para a demarcação de um território indígena.

Solução ou retrocesso?

Para o relator da PEC na comissão especial da Câmara que analisa a matéria, deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR), a proposta poderá trazer uma solução para os problemas.

"Se você conversar com muitos índios, vai identificar que o que querem mesmo não é mais terra. Não que estejamos negando terra; estamos cumprindo o nosso dever. O País está testemunhando morte de índios e agricultores. É uma missão, um compromisso nosso."

Um dos principais defensores da causa indígena na Câmara, o deputado Padre João (PT-MG) discorda. "A PEC 215 significa o maior retrocesso. A gente percebe a organização de uma bancada, formando uma maioria, indo a voto e que se torna, de fato, uma ameaça a um direito constitucional sagrado, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal", diz.

Atualmente, a demarcação de terras indígenas é de responsabilidade da União, com base na Constituição e em um decreto (Decreto 1.775/96). Conforme Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário, as normas são suficientes.

Existem no Brasil quase 900 mil índios e mais de 690 terras indígenas. Os povos nativos reivindicam, no entanto, o reconhecimento de cerca de 1000 áreas.

www2.camara.leg.br - Câmara do Deputados

Sesai e Prefeitura de Tapauá (AM) firmam parceria para construção de nova Casai
SÍTIO PORTAL DA SAÚDE, 23.10.2014



O secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, e o prefeito do município de Tapauá (AM), Armínio Albuquerque, estiveram reunidos na última terça-feira (21) para tratar do Termo de Doação de Posse de um terreno do município para que o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Médio Rio Purus construa uma nova Casa de Saúde Indígena (Casai) na região. O encontro aconteceu na Câmara Municipal de Tapauá e contou com a presença do diretor de Edificações e Saneamento da Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai), Flávio Norberto, do coordenador do DSEI MRPU, Jeferson Caldas, e do presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi-MRPU), João Pantoja Caripuna.

“Viemos a Lábrea para inaugurar um novo Polo Base de Saúde e estamos hoje aqui para agradecer a iniciativa do município. Vamos fazer uma visita à Casai e depois vamos conhecer de perto o terreno onde será a construída a nova unidade”, disse Antônio Alves. O secretário também sinalizou para a possibilidade de o Ministério da Saúde estudar formas de auxiliar o município a organizar e estruturar o Hospital Local de Tapauá. “O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) para se fortalecer precisa de um Sistema Único de Saúde (SUS) fortalecido. O que queremos é trabalhar em conjunto. Nós os ajudando e vocês nos ajudando”, frisou o secretário.

Nova Casai

O município de Tapauá, localizado ao sul do estado do Amazonas, contabiliza hoje uma população absoluta de 27.400 habitantes, dos quais 2.100 são indígenas das etnias Apurinã, Paumari, Mamori, Deni, Kokama e Banawá. Das 96 aldeias atendidas pelo DSEI Médio Rio Purus, 15 estão no município de Tauapá, o que evidencia a importância da construção de uma nova Casai na região.

“A nossa antiga Casai funciona em um prédio antigo e sua estrutura não é adequada para uma casa de apoio. Por isso, entramos em parceria com a prefeitura, que vai nos doar um terreno para que possamos construir uma nova unidade. Quando a nova Casai estiver pronta, como contrapartida, doaremos o prédio à prefeitura”, explica o coordenador do DSEI Médio Rio Purus, Jeferson Caldas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

O prefeito de Tapauá, Armínio Albuquerque, manifestou o desejo da prefeitura em transformar a antiga Casai numa casa de apoio para famílias indígenas que precisam se deslocar para a cidade para resolver qualquer tipo de pendência.

“Nós temos um fluxo muito grande de indígenas em nossa cidade, que precisam vir ao banco ou resolver alguma coisa que só encontra aqui. Quando o DSEI propôs a permuta, avaliamos que seria uma excelente oportunidade para criar esta casa de apoio, que será gerida com recursos do município”, disse o prefeito.

Ao final do encontro, a comitiva da Sesai visitou o terreno de 350 m² doado pela prefeitura, o hospital Ana Tereza Ponciano, inaugurado em setembro de 2010, e de lá seguiu para visitar as instalações da antiga Casai de Tauapá.

Por Felipe Nabuco

Foto: Luís Oliveira/Sesai-MS



Justiça manda internar menor indígena que furtava em Barra do Garças

SÍTIO QUERÊNCIA EM FOCO, 23.10.2014

Menor indígena que furtava na Barra é internado em Socioeducativo pela Justiça

Um indígena de 16 anos que foi detido terça-feira furtando em Barra do Garças foi encaminhado para internação por determinação do Poder Judiciário após decisão do juiz Bruno Oliveira. É o primeiro caso de indígena internado entre 'brancos' por cometer crime na cidade.

Segundo informação do Judiciário que acolheu denúncia do Ministério Público o menor vinha praticando uma série de furtos na cidade e antes já tinha sido detido pela mesma circunstância.

O indígena é da etnia xavante e está recolhido no bairro Santo Antônio onde fica o socioeducativo de Barra do Garças. Está cada vez mais comum a presença de índios morando na cidade e segundo a lei os índios são considerados inimputáveis quando cometem delitos na aldeia mas quando estão na cidade são suscetíveis a aplicação das leis.

Já tivemos caso de índios detidos por dirigir sem habilitação, sob efeito de álcool e por envolvimento em crimes de pequena monta. Esse é o primeiro caso de adolescente.

Fonte: Querência em Foco com Araguaia Notícia

Satisfeito com resultado eleitoral, agronegócio ameaça conquistas no campo
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 23.10.2014

Com Dilma ou Aécio, os ruralistas farão pressão no Congresso pela votação das bandeiras de interesse do setor. Bancada eleita é vitória de defensores da área



Ruralistas querem transferir para o Legislativo a homologação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação.

O agronegócio brasileiro passou por grande transformação neste século, conquistando uma posição de destaque no cenário internacional e alçando o Brasil a condição de grande potência global do setor. Apontada como área mais dinâmica da economia brasileira, a agropecuária representa 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi responsável por 41% das exportações do país em 2013, segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). O país é o maior produtor e exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar, suco de laranja e carnes bovina e de frango. Também lidera o ranking das vendas externas do complexo soja (farelo, óleo e grão), é o segundo em exportações de milho, quarto em carne suína e quinto em algodão.

Esse poderio econômico se reflete logicamente na política nacional, onde representantes do agronegócio se fortaleceram significativamente no Congresso Nacional. Agora, em período eleitoral, nos discursos, agendas e alianças dos dois candidatos que permaneceram na corrida presidencial, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Essa influência também se manifesta nas doações de campanha, no pleito mais caro desde a redemocratização do país. Grandes corporações brasileiras do setor, como a Copersucar, a Cosan, a Cutrale, aparecem na lista das maiores doadoras. A JBS, líder mundial no processamento de carnes e dona das marcas Friboi e Seara, foi o grupo que mais contribuiu e

CONT.



um dos principais doadores das campanhas de Dilma e Aécio, que disputam, neste domingo (26) quem ocupará a Presidência da República nos próximos quatro anos.

O agronegócio ainda é cobiçado pelos presidenciáveis pela capacidade de angariar votos, em especial nos municípios com até 100 mil habitantes, onde os prefeitos têm maior poder de influenciar eleitores nas campanhas. A maioria das prefeituras do país é do PMDB, legenda que está mais associada ao setor e a que possui o maior número de congressistas da chamada bancada ruralista.

Oficialmente conhecido como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o grupo tem força para indicar nomes para o ministério da Agricultura e os presidentes das comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Câmara e da Comissão de Reforma Agrária do Senado. Para não restar dúvidas da força do agronegócio nas eleições, a principal porta-voz dos ruralistas na sociedade civil, a CNA promoveu, em agosto último, uma sabatina com os três principais candidatos durante a campanha do primeiro turno (além de Dilma e Aécio, foi ouvido Eduardo Campos). Na eleição presidencial de 2010, somente José Serra (PSDB) havia visitado a entidade.

A certeza de uma "vitória ruralista" nas eleições estava expressa em coluna da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que preside a CNA e é tida como grande aliada da presidenta Dilma, no jornal Folha de S.Paulo, durante o primeiro turno. Segunda ela, o vencedor das urnas seria o agronegócio, qualquer que fosse o desfecho das eleições. E, de fato, o resultado para a bancada ruralista não poderia ter sido mais positivo. Segundo a FPA, seu núcleo deve passar de mais de 70 deputados federais, mas o grupo conseguirá angariar apoio de ao menos 270 congressistas na próxima legislatura.

Com esse fortalecimento, os ruralistas poderão levar adiante a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo o poder de decisão sobre a restrição, a demarcação e a ampliação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação. O argumento dos ruralistas é de que o Congresso Nacional representa diversos segmentos da sociedade e, portanto, seria a instância mais adequada para debater a homologação das terras.

Para críticos do projeto, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o projeto é uma grande ameaça aos direitos dos povos tradicionais brasileiros e um golpe contra a própria Constituição, já que inviabilizaria na prática o reconhecimento de novos territórios e abriria espaço para a revisão das áreas demarcadas.

No ano passado, um movimento organizado pela Frente Parlamentar da Agropecuária do Congresso bloquearam o tráfego em rodovias federais e estaduais para pressionar o governo federal a editar uma portaria com novas regras para o processo de demarcação de terras indígenas.

A frente do agronegócio tem também pressa em redefinir os conceitos do que é trabalho escravo, tipificado no Art. 149 do Código Penal Brasileiro. Os ruralistas pretendem eliminar

CONT.



critérios de jornada exaustiva e trabalho degradante, que fizeram o Brasil ser reconhecido globalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um país comprometido com o combate à escravidão contemporânea. A legislação atual sobre o assunto é também considerada “de vanguarda” pela relatoria especial da ONU para o tema.

Mesmo assim, os representantes do agronegócio no Congresso querem mudar a lei. “O que é condição degradante? É não ter um ar-condicionado em um dormitório, é a espuma do colchão não ter dez centímetros, é não ter água gelada? Em cada região do Brasil, isso muda. Não dá pra deixar ao bel-prazer de alguém enquadrar como trabalho escravo qualquer coisa porque isso vai prejudicar a produção brasileira, os trabalhadores brasileiros, a economia brasileira”, pontua o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto no Senado, que faz uma definição menos abrangente do que a prevista atualmente e pretende considerar que a escravidão existe nas relações de trabalho em que o empregado tem restringido o direito de locomoção, é envolvido pelo patrão em dívidas impagáveis ou é forçado a trabalhar por meio de agressões físicas e psicológicas, pelo isolamento geográfico ou por retenção de documentos.

Os ruralistas ainda trabalharão pelo afrouxamento dos processos de registro e reavaliação de agrotóxicos, com a adoção de processos de liberação mais ágeis e simplificados. O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do planeta. O mercado brasileiro movimentou US\$ 9,7 bilhões em 2012, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag). Para os ruralistas, questões ideológicas fazem o Ibama e a Anvisa serem rigorosos na liberação e reavaliação desses produtos, por isso é necessário retirar a responsabilidade da Anvisa e Ibama. Para isso, a bancada do agronegócio pretende criar uma comissão técnica para analisar e registrar novos agrotóxicos, a CTNFito, que seria composta por 16 membros e com um prazo de até 90 dias (após a data da entrega do processo pelas empresas) para se posicionar em relação à aprovação ou não do registro de um determinado agrotóxico.

Vale lembrar que uma das maiores vitórias dos ruralistas se deu no governo Dilma, com a aprovação do novo Código Florestal que, mesmo com alguns vetos da presidenta, foi tido como de interesse dos latifundiários para não despertar a revolta da bancada.

Dilma ou Aécio, qualquer que seja o cenário para 2015, os ruralistas devem manter o poder de influência em votações de interesse do governo federal. Assim, pautas de cunho ambientalista devem ter grande dificuldade no Congresso, como o projeto de incentivo à conservação de florestas, pois significam confrontar os interesses do agronegócio, ou seja, da maior bancada do Congresso Nacional.

Bem alinhados

Para ganhar o apoio de Marina Silva, que concorreu a presidência pelo PSB, Aécio Neves comprometeu-se formalmente com a questão ambiental, em retomar a reforma agrária no país e em manter a prerrogativa do Executivo de demarcar terras indígenas.

Este último item vai exatamente de encontro daquilo que o próprio senador mineiro havia dito para a plateia ruralista na sabatina da CNA, em Brasília, no último mês de agosto, onde

CONT.



garantiu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) perderá a hegemonia para demarcar terras indígenas caso seja eleito presidente da República, uma das principais demandas dos latifundiários. O tucano propôs incluir em lei as 19 condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2005, durante o julgamento que definiu a reserva Raposa Serra do Sol. Elas garantem o usufruto das terras pelos indígenas, mas com a possibilidade, desde que autorizada pelo Congresso e sem consulta à Funai, de exploração dos recursos hídricos e minérios da área pelo governo federal, acesso e instalação incondicional de unidades das Forças Armadas ao local.

Ainda no painel da CNA, Aécio Neves prometeu que dará tratamento diferenciado aos usineiros produtores de álcool e açúcar, e será rígido com ocupações de terra. "Fazendas invadidas não serão desapropriadas por dois anos", afirmou Aécio, ao resgatar ideia de uma medida provisória baixada pelo ex-presidente Fernando Henrique no ano 2000. Também se comprometeu a apoiar uma lei de terceirização de trabalhadores e fazer a política externa orientada para o comércio. Todas essas são demandas da bancada ruralista.

Outra bandeira do tucano, se eleito, é a criação de "superministério" da Agricultura. "Criarei, no primeiro dia do governo, um superministério da Agricultura. Vou incluir a [Secretaria Especial de] Pesca novamente sob a alçada do Ministério da Agricultura para que a pasta possa discutir ações em igualdade de condições com a Fazenda e o Planejamento", disse, na sabatina da CNA, o candidato tucano.

Já o programa de governo de Aécio para o setor, que teve coordenação de Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, defende a "aprovação imediata" do marco regulatório da mineração, tema que é alvo de críticas de movimentos sociais e ambientais. "(O marco regulatório da mineração) irá conferir maior estabilidade ao setor, permitindo a expansão da indústria da mineração, importante item de nossa balança comercial", diz o documento do candidato entregue ao TSE.

Em entrevista, o tucano afirmou que um novo marco regulatório atrairá investidores em infraestrutura. "O setor mineral, o governo promete há oito anos enviar ao Congresso e não o fez. Nós vamos resgatar as agências reguladoras como instrumentos da sociedade brasileira", defendeu Aécio, em um encontro com profissionais da saúde na Associação dos Médicos de Brasília em agosto.

Outro tema que preocupa ambientalistas é o posicionamento favorável às patentes. "É fundamental garantir o respeito ao direito de propriedade sobre a patente, reprimindo o uso indevido dos diferentes produtos e processos (pirataria)", sustenta o programa de Aécio, que defende a "criação de regras claras para o desenvolvimento, o uso e a multiplicação dos diferentes produtos e processos da biotecnologia" e a "promoção da melhoria do sistema brasileiro de patentes, não apenas para o caso da pesquisa na área de biotecnologia, conferindo-lhe mais agilidade."

Pouco avanço

O programa de Dilma Rousseff é também vago na questão do campo e meio ambiente. Ele cita

CONT.



a importância da cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais para criar um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo, e defende o estímulo a políticas que motivem o uso de energia limpa, reciclagem e veículos que emitem menos gases tóxicos. O documento reafirma o papel fundamental das populações tradicionais na preservação de regiões com importante presença de biodiversidade, mas não fala, em nenhum momento, sobre a demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas.

Em quatro anos, o governo federal homologou apenas uma terra indígena, Kayabi (entre o Mato Grosso e o Pará), em 2013. As demarcações de terras ocorreram em um ritmo muito lento. De acordo com o Instituto Socioambiental, uma média de 506 mil hectares dessas áreas foram demarcados anualmente durante o governo Dilma (de um total de 2.025.406), contra 2,3 milhões de hectares por ano de Luiz Inácio Lula da Silva (ou 18.785.766 no total) e 5,1 milhões de Fernando Henrique Cardoso (41.226.902 no total).

Movimentos sociais denunciam a intensificação de conflitos de terra e violência contra povos e comunidades indígenas. Segundo dados do Cimi, foram 53 vítimas de 16 etnias diferentes assassinadas em 2013, sendo que 33 homicídios foram registrados no Mato Grosso do Sul, das etnias Guarani-Kaiowá e Terena, conhecidas nacionalmente por viver em beira de estradas e que lutam por demarcação de terras na região. Entre o período de 2003 a 2013, foram mortos 616 indígenas, sendo 349 casos no estado sul-mato-grossense.

O governo Dilma também é o que assentou menos famílias e demarcou menos terras desde a redemocratização do país. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em três anos de governo, a presidenta desapropriou 186 imóveis, num total de 342.503 hectares, incorporou 2.540.772 hectares à reforma agrária e assentou 75.335 famílias. Em oito anos de governo Lula, foram 48.291.182 hectares incorporadas, 1.987 imóveis, e 614.088 famílias assentadas. Já na gestão de FHC, foram 3.539 imóveis, 21.129.935 incorporadas e 540.704 famílias assentadas.

O governo federal alega que a prioridade desde 2011 é a “qualidade dos assentamentos”, ou seja, de fazer com que os assentados tenham acesso a um amplo programa de políticas de apoio à autossuficiência na agricultura familiar. Contudo há descontentamento com o governo Dilma. Embora apoie a reeleição da candidata do PT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criticou em diversos momentos a petista pela lentidão no processo de reforma agrária.

Por outro lado, a campanha petista exalta que o setor agropecuário brasileiro passou por intenso processo de crescimento econômico e social, com a expansão da produção, o aumento da renda e a redução das desigualdades sociais, graças ao aumento da disponibilidade de recursos, redução das taxas de juros e melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural. Ainda destaca o investimento em estradas, ferrovias e portos, o que reduz os custos dos fazendeiros. Criou-se o Moderfrota, programa de modernização da frota de tratores, o seguro-agrícola e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que apoia à assistência técnica voltada para os pequenos e médios produtores.

CONT.



Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a produção de grãos saltou de 96 milhões de toneladas (safra 2001/2002) para 191 milhões de toneladas (2013/2014). Já o volume de crédito para o setor passou de R\$ 27,6 bilhões da safra 2002/2003 (a última do governo Fernando Henrique Cardoso) para os R\$ 156,1 bilhões do Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, o maior da história, e o juros passaram de 8,75% a 11,95% para 4,5% e 6,25%.

Em 2013, a agricultura familiar respondeu por 33% do PIB da agropecuária brasileira e 10% do PIB nacional, além de garantir emprego para mais de 12 milhões de brasileiros (74% da mão de obra empregada no campo).

Na CNA, Dilma Rousseff comprometeu-se a incluir setores do agronegócio em um amplo diálogo – do qual participariam os governos federal e estaduais, Poder Judiciário e Ministério Público, órgãos públicos e representantes de etnias indígenas – sobre a demarcação de terras indígenas.

Em outros debates, a presidenta manifestou que a resolução de conflitos com indígenas contará com a presença de produtores rurais, preservando interesses de ambas as partes. Ao ser questionada sobre uma lei de terceirização trabalhista no campo, a petista disse que apoiaria uma discussão que incluía representantes dos trabalhadores.

Ao contrário de Aécio Neves e do então candidato Eduardo Campos (PSB), que também participou da sabatina, Dilma foi a única candidata a condenar o trabalho escravo. “Uma questão que preocupa é o trabalho escravo e estou certa de que todos produtores concordam que é uma chaga a ser exterminada de nosso país, inclusive para que os bons e sérios produtores não sejam discriminados pelos erros de uns poucos”, declarou a presidenta da República à ocasião.

Olhares sobre a Amazônia: Dossiê Acre

SÍTIO PRAVDA RU, 23.10.2014



"Aqueles que vendem sol a prestações, os coqueiros, os palácios, a areia branca, nunca virão por aqui [...]. Aqui não tem nada!"

Quando Bernard Lavilliers falava assim do Brasil, há mais de 30 anos, ele falava da região central do Nordeste chamada Sertão. Mas o olhar sobre a Amazônia que lhes proponho aqui, tampouco está à venda pelos mercadores de sol...

Publicado originalmente em francês em Agora Vox

<http://www.agoravox.fr/actualites/international/article/regards-sur-l-amazonie-dossier-158152>

Por Lucas Matheron*

Mas primeiramente, o que o Sertão tem a ver com a Amazônia?

Pois é nessa região semiárida perpetuamente castigada por longos períodos de seca - mal que os políticos nunca deram jeito de solucionar duravelmente - que se encontra mão de obra barata para as mais diversas finalidades. As grandes construções dos últimos cinquenta anos no Rio, Iguazu, São Paulo ou Brasília, notadamente, deslocaram milhares de Nordestinos, mas essa reserva de mão de obra já tem sido utilizada no século XIX para o desenvolvimento da produção de látex e foi aos milhares que esses trabalhadores foram mandados colonizar a Amazônia, tal um eldorado para essas pessoas carentes de tudo.

Nada menos que 400.000 almas migraram assim no decorrer do chamado ciclo da borracha. Na região do rio Juruá, no extremo oeste do país, na fronteira com o Peru e os Estados do Acre e do Amazonas, no Brasil, os trabalhadores nordestinos se depararam com as tribos ameríndias, habitantes naturais dessas regiões, e o resultado se deu em violentos combates para se apossar dessas terras onde a seringueira é espontânea.

Esse desvio histórico nos traz à fonte do atual conflito cujas raízes se encontram, portanto, no século XIX. E é nessa região da Amazônia Ocidental que reencontramos Lindomar Padilha, coordenador do CIMI, já apresentado no meu artigo anterior [1] quando o escritório dele havia sido arrombado e saqueado.

Numa entrevista no Rádio Mundo Real - RMR [2], da rede internacional dos Amigos da Terra, Lindomar expõe alguns dos conflitos existentes na região de que cuida e aos quais ele toma

CONT.



parte para apoiar as comunidades indígenas. Ele denuncia, notadamente, que nesta segunda-feira 13 de outubro, um grupo de pistoleiros (milícias contratadas por fazendeiros) foram intimidar os índios de uma tribo Jaminawa, entrando na sua aldeia e atirando para cima, tribo essa que está em conflito para a demarcação das suas terras, das quais 7 grandes fazendeiros se recusam a sair, apesar da decisão da Justiça.

Na mesma região do alto-Juruá, outro grupo Jaminawa, subgrupo Kayapuca, está em conflito com madeireiros que retiram madeira ilegalmente da reserva para levá-la para locais onde estes têm autorizações. Num outro local, grupos de não índios invadiram áreas da reserva e se recusam a se retirar. Constatam-se também cortes ilegais de madeira que está sendo levada para o Peru vizinho, bem como caça ilegal. Numa outra zona ainda, um grupo de índios até então isolados fez contatos recentemente para tentar escapar às pressões dos madeireiros e dos narcotraficantes.

Enfim, são muitos os conflitos existentes e, portanto, as origens possíveis das ameaças e das agressões sofridas pelo CIMI Amazônia Ocidental, agressão narrada no meu artigo anterior e que se reproduziu na madrugada desse domingo 12 de outubro, ou seja, três semanas depois da primeira, desta vez com bastante mais danos, tal como documentos queimados e equipamentos danificados. Lindomar salienta nessa entrevista que ele já foi vítima de ameaças de morte por telefone, tal como a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra - CPT, outra organização ligada à CNBB [3], mais especificamente voltada para as comunidades camponesas.

Torna-se mais grave ainda nessas regiões em que a "lei" é frequentemente na mão dos poderosos que intimidam, e mesmo calam, as mídias locais, como o denunciou recentemente esse jornal regional online (Folha do Juruá) do qual reproduzo aqui alguns trechos: "Mas isso [a liberdade de imprensa] não é visto pelo os ditadores do Acre. Leandro Altheman [o jornalista suspenso por ter criticado o orçamento da renovação de uma praça da cidade] não é o primeiro a passar por esse tipo de arrogância dos poderosos da política e comunicação do Acre. [...]os gestores não aceitam profissionais que falem a verdade."

Como o salienta o Lindomar, que visitou a aldeia Jaminawa no fim de setembro [5] e conta os fatos, "As autoridades tem o nome e o endereço dos principais fazendeiros responsáveis pela contratação de capangas e, consequentemente responsáveis pelas ameaças, tentativas de assassinato e intimidações. A região de Sena Madureira, Estado do Acre [...] não pode se firmar como terra sem lei."

É o porquê, entre outros motivos e na medida do possível, nós repassamos essas informações em redes nacionais e internacionais.

Dia 17 de outubro, uma manifestação de solidariedade é prevista na capital do Estado, Rio Branco, atendendo o chamado de várias organizações locais entre as quais da Universidade Federal do Acre, tanto pelos seus docentes que seus estudantes, o CIMI e a CPT, no intuito de pedir uma ação enérgica das autoridades a fim de preservar a integridade física e material daqueles que dedicam seu trabalho aos mais desfavorecidos, geralmente para preencher o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

vácuo deixado pelo poder público, e das próprias comunidades. Essa manifestação será coberta pelo rádio do MEC do Rio de Janeiro (emissora da EBC - Empresa Brasil de Comunicação) com uma entrevista especial do Lindomar Padilha no programa "Planeta Lilás" [6].

Pode parecer irrisório, com vista os conflitos armados que surgem em todo lugar do planeta, mas aí também mulheres e homens são ameaçados, agredidos ou mortos [7] e já é tempo, creio, de ultrapassar a midiaticização da guerra para tentar favorecer, simplesmente, o bem-estar do homem, na escala do mundo. Com exceção das fofocas, a grande imprensa está ausente. Portanto, é do nosso dever de cidadãos, nacionais ou planetários, de nos levantarmos contra o arbitrário, onde quer que esteja e qualquer seja a forma que se expressa.

[1] <http://www.agoravox.fr/tribune-libre/article/attaque-contre-le-cimi-amazonie-157349>

[2] <http://www.radiomundoreal.fm/pt>

[3] La CPT travaille auprès des communautés paysannes, notamment « les femmes et les hommes qui luttent pour leur liberté et leur dignité sur une terre libre de la domination de la propriété capitaliste » comme le signale son site Internet [<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>]

[4] <http://www.folhadejurua.com.br/2014/10/radio-e-tv-jurua-jornalista-e-obrigado-a-tirar-ferias-forçadas-por-fazer-comentarios-de-uma-praca-em-cruzeiro-do-sul/>

[5] <http://lindomarpadilha.blogspot.com.br/2014/09/jaminawa-da-aldeia-sao-paulino-voltam.html>

[6] Le programme quotidien (du lundi au vendredi) « Planeta Lilás » est un espace de débats sur les questions de genre et de développement durable qui a vu le jour après la réunion des femmes de plusieurs réseaux ayant participé du Sommet des Peuples lors de la Conférence de Rio+20 en 2012 à Rio de Janeiro. [<http://radios.ebc.com.br/planeta-lilas>]

[7] <http://lindomarpadilha.blogspot.com.br/2012/04/indigena-jaminawa-e-ameacado-de-morte.html>

* Lucas Matheron, é ecologista, francês de origem, radicado no Brasil há 30 anos, tradutor independente nos idiomas francês e português. Membro da Aliança RECOS (Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras) desde 1999, da qual é coordenador de comunicação para os países francófonos. www.lucas-translation.trd.br

Município se prepara para receber comunidades indígenas

SÍTIO BOM DIA SC, 23.10.2014



Balneário Camboriú - Na tarde desta terça-feira (21) a Comissão Municipal Indígena de Balneário Camboriú realizou uma reunião para tratar da vinda de comunidades indígenas para a cidade. A reunião que foi realizada na Casa dos Conselhos, tinha como objetivo discutir a criação de políticas públicas específicas para essas comunidades que vêm para Balneário Camboriú na alta temporada.

A comissão que foi criada para atender as necessidades dos indígenas no município irá atuar o ano todo, desenvolvendo ideias e ações para receber e abrigar os índios nesta época do ano. Na ocasião, estiveram reunidos representantes das tribos indígenas, Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria de Saúde e Saneamento, Guarda Municipal, Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas (Comad) e Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social.

Durante a reunião foram discutidos possíveis locais para abrigar os indígenas e foram definidos os pontos da cidade onde eles poderão comercializar seus produtos e artesanatos. A mais ou menos 20 anos os indígenas migram para Balneário Camboriú nesta época do ano, para trabalhar. As tribos que possuem cerca de 20 famílias, vêm para cá em dezembro e ficam até o início de março. Neste período, o município busca se adequar e receber esses indígenas da melhor forma possível.

Das ideias levantadas na reunião, estava a criação de um espaço que deverá ser chamado Casa de Trânsito do Guarani. O centro seria cedido às comunidades indígenas, para que elas, além de vender seus artesanatos realizassem apresentações culturais, como danças e teatros típicos da sua cultura. Este espaço, além de favorecer os indígenas, seria mais um atrativo que beneficiaria o turismo local.

De acordo com o diretor geral da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, Orlando Uliano, o desenvolvimento destas políticas públicas, possibilitam a criação de condições para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 191/ 2014

Brasília, 23 de outubro de 2014.

reduzir os danos. "A administração busca organizar ações que atendam as necessidades destas comunidades indígenas, para que nenhum dano ocorra, e para que o município esteja preparado para recebe-los", afirma.

Fonte: Assessoria de Imprensa